

Cidade, mercadoria e distinção: a classe dominante campineira e as transformações urbanas (1930-1945)

Arthur Prando do Prado*

Introdução

A historiografia de Campinas é repleta de nomes de homens notáveis, cujas ações aparecem como decisivas para o rumo dos acontecimentos. Trata-se da afirmação do papel desempenhado pela elite campineira colocada como protagonista da construção de uma grande cidade.

Especificamente em relação ao período iniciado na década de 1930, no qual os debates sobre urbanismo ocupam um lugar central nos estudos sobre a cidade, os nomes de engenheiros, políticos, médicos, advogados e outros representantes de cargos e posições de prestígio, estão constantemente envolvidos em comissões ligadas à prefeitura municipal, decisões institucionais e eventos públicos.

A partir da leitura de documentos diversos estes notáveis das elites começaram a ser ainda mais recorrentes. Personagens envolvidos, por exemplo, na Comissão de Urbanismo criada em 1935, também fizeram parte da Comissão de Melhoramentos Urbanos, estabelecida após a instauração do Estado Novo. Mas não é só. Muitos dos nomes que se repetem nessas comissões aparecem também em lugares de destaque sem relação direta com a política institucional. Alguns são membros de grupos artísticos e culturais, como o CCLA¹, e futuramente, a Academia Campinense de Letras². Há aqueles que participaram de ambas as instituições, e ainda outras, dentre as quais merece destaque o Rotary Club.³ Dessa percepção surge um questionamento sobre o sentido dessas “coincidências”, nas quais se evidencia a existência de um grupo razoavelmente restrito que domina não somente os lugares de poder,

* Mestrando em História pela Unicamp, orientado pela Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino, com bolsa do CNPq

¹ O Centro de Ciências, Letras e Artes foi fundado em 1901 por um grupo de letrados campineiros, cujo objetivo era discutir questões científicas e culturais de modo geral. Atualmente a instituição abriga um vasto acervo documental e bibliográfico reletivo, sobretudo, à história e à memória da cidade.

² A Academia Campinense de Letras foi fundada em 1956, reunindo nomes de destaque da intelectualidade de Campinas, os quais atuavam em diversas áreas do conhecimento.

³ O Rotary Club é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que reúne profissionais de diversas competências, cujas ações baseiam-se na ideia de servir, “promovendo a paz e a compreensão mundial, através de programas internacionais humanitários, educacionais e de intercâmbio cultural.” A instituição foi fundada nos Estados Unidos em 1905. O primeiro Rotary do Brasil foi fundado em 1923. http://www.rotaryint.com.br/info_trf.php?secao=trf1

mas demonstra um intenso interesse em participar das instituições culturais. Além do mais, estes nomes se reproduzem dentro das instituições ao longo de gerações, de modo que em mais de um caso percebe-se a existência de membros com os mesmos sobrenomes. Com isso evidencia-se o fato de que é no interior das famílias da elite que se produz e se reproduz a vocação ao poder e ao domínio da cultura.

Portanto esta pesquisa pretende explicar as motivações políticas de alguns dos homens envolvidos nas transformações pelas quais passou a cidade entre 1930 e 1945, a partir da compreensão de seus domínios técnicos e profissionais específicos e de seus interesses culturais.

A documentação inicialmente analisada para desenvolver estas questões foram os processos de desapropriação que a Prefeitura Municipal de Campinas moveu contra proprietários de construções localizadas no centro da cidade. Estas ações estavam, a partir de 1934⁴, relacionadas ao plano de urbanismo elaborado para Campinas, o qual previa, entre outras medidas o alargamento e o prolongamento de ruas e avenidas, como também o estabelecimento de novos edifícios públicos. O plano, que teve seu início nos debates realizados durante a prefeitura de Orosimbo Maia em 1929, tinha em vista realizar uma remodelação no traçado das ruas, de modo a favorecer a circulação. Esta preocupação estava relacionada ao grande desenvolvimento econômico de Campinas, que voltou a acontecer após as crises urbanas de febre amarela, no final século XIX, e de habitação e abastecimento nas duas primeiras décadas do século XX (CARVALHO, 1991: 30; MACIEL, 1985: 29). Além disso, é importante destacar que esta remodelação não foi puramente funcionalista, de modo que o aspecto estético e simbólico estavam fortemente presentes, ao menos nas intenções iniciais de Prestes Maia, que tinha grandes expectativas de que a legislação pudesse, por exemplo, conter o avanço da especulação imobiliária no que diz respeito à limitação da altura dos edifícios, que deveria limitar-se de acordo com a proporção em relação à largura das ruas. A harmonização destes elementos arquitetônicos no espaço, assim como a preocupação com a

⁴ Em 1934 foi contratado o engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia, que trabalhou junto a uma Comissão de Urbanismo – depois Comissão de Melhoramentos Urbanos – a fim de coletar informações sobre as especificidades da cidade e discutir conceitos para a concepção do plano. No mesmo ano foi redigido um novo Código de Construções como instrumento legal no que integraria o conjunto das medidas de remodelação urbanística.

disposição dos edifícios públicos e dos centros cívicos, estava relacionada a uma concepção urbanística que prezava pela qualidade de vida da população.⁵

Pelos processos de desapropriação foi possível pela primeira vez entrar concretamente em contato com alguns campos de atuação daqueles destacados personagens campineiros, que interessam a essa pesquisa. Nessas fontes, eles aparecem sobretudo como advogados que fazem a defesa do expropriado. É na análise dos termos da defesa, dos elementos articulados para a composição de uma argumentação, que se pode ter indícios a respeito dos valores importantes para estes homens, de algumas de suas convicções políticas, de sua postura em relação à cidade no que diz respeito ao urbanismo. Com isso se chega a algumas das disposições que os caracterizam; é preciso cruzá-las com outras, de naturezas diversas para verificar qual tipo de relação se estabelece entre elas.

Outro importante material de pesquisa são os jornais, nos quais aparecem notas biográficas desses personagens, ou elogios a seus feitos. Nessas fontes pode-se observar um procedimento recorrente de construção da memória, pelo qual valores fundamentais da intelectualidade ligada aos meios jornalísticos são colocados como atributo dos grandes homens. Deste modo, pela construção da memória se produz o exemplo que age como guia de conduta para o cidadão comum. O sucesso do grande homem e a importância de seus feitos, nestas notas biográficas, estão sempre associados à retidão de sua moral, ao compromisso com os deveres e com a família, ao amor pelo trabalho e por Campinas. Nesse sentido, há nestes registros mais elementos que podem ser tratados como disposições para a formação das identidades e das possibilidades de sociabilidade. Estes valores pessoais devem ser relacionados aos valores políticos e às questões da vida pública.

Discussão teórica

O olhar sobre a documentação tem como referencial os conceitos produzidos por Pierre Bourdieu, a partir do momento em que começaram a aparecer indícios recorrentes

⁵ Para Ricardo Badaró, Prestes Maia tinha como referencial para suas soluções urbanísticas os debates mais atuais da área, os quais estavam resumidos na Carta de Atenas, elaborada em 1933 por Le Corbusier. Daí as preocupações estéticas e funcionais relacionadas às novas demandas da cidade industrial. (BADARÓ, 1996: 148-149)

sobre o modo como a fração da elite campineira ligada, de algum modo, ao urbanismo estabelece sua identidade e define sua sociabilidade. O que esta pesquisa – ainda em andamento – procura compreender é em que grau pode-se considerar o modo de atuação deste grupo como forma de dominação de classe. Que a dominação existe é indiscutível, uma vez que esta elite é, de fato dirigente: possui poder econômico, prestígio social/profissional e por várias gerações ocupou posições diversas do poder político institucional. A questão aqui é pensar em limites, contradições, conflitos. Ainda mais importante é demonstrar em que medida disposições estéticas e morais definem posições políticas, especificamente no que diz respeito aos modos de intervenção na construção do espaço urbano e seus lugares de sociabilidade. Em seu livro *A Distinção*, Pierre Bourdieu desenvolve uma discussão que contribui para pensar o problema a partir deste ponto de vista. Trata-se de uma investigação acerca da natureza social da produção do gosto entendido, deste modo, como fator de determinação de classe. A partir deste entendimento deve-se transgredir a noção separada que se tem da “cultura legítima”, para descobrir relações inteligíveis entre preferências no que diz respeito à música, fotografia, pintura, cardápio, etc. para além de uma manifestação da vontade isolada de um indivíduo (BOURDIEU, 2008: pp. 13-14).

Para avançar na compreensão do gosto como determinante da classe, Bourdieu identifica uma separação entre gosto puro e gosto bárbaro. A separação baseia-se na noção kantiana de “olhar puro”, a partir do qual é possível uma apreciação estética de fato. Isso significa que, diante da arte, primeiramente, o olhar puro comporta-se de modo a considerar mais a forma que o conteúdo, enquanto que, opostamente, o gosto bárbaro, popular, tende a rejeitar a experimentação formal, permanecendo fortemente associado ao conteúdo, ao sentido da mensagem transmitida pela arte, à sua utilidade. Evidencia-se, nessa diferença do gosto, o modo como se impõe o poder econômico, que define na classe detentora do olhar puro uma disposição de desapego da utilidade, liberando-a para a contemplação daquilo que pode ser entendido como supérfluo:

“Compreende-se que o despreendimento do olhar puro não possa ser dissociado de uma disposição geral em relação ao mundo que é o produto paradoxal do condicionamento exercido por necessidades econômicas negativas – o que é designado como facilidades – e, por isso mesmo, propício a favorecer o distanciamento ativo à necessidade.” (idem: 13)

É importante acrescentar ainda os conceitos de capital cultural e capital escolar, pelos quais Bourdieu argumenta que a formação escolar apenas confirma e certifica com títulos as aptidões artísticas e os conhecimentos herdados da formação familiar. Esses títulos da formação escolar, que Bourdieu chama de títulos de nobreza cultural, ao serem conferidos àqueles que os merecem, têm como pressuposto o capital cultural previamente obtido por herança familiar. Essa condição indispensável da distinção de classe garante exclusividade a seus detentores tanto pelo fato de situa-los como mais que simplesmente autodidatas, uma vez que têm certificações que legitimam sua formação, ao mesmo tempo que sua educação escolar não foi um mero substituto para a ausência de familiaridade com a cultura legítima.⁶ “Assim, para a nobreza escolar a identificação à essência do ‘homem culto’ e a aceitação das exigências que aí estão inscritas implicitamente – e serão tanto mais extensas quanto mais prestigioso for o título – constituem uma só e mesma coisa.” (idem: 28)

É preciso, agora, pensar sobre o modo pelo qual essas discussões teóricas podem contribuir para o aprofundamento do debate sobre as relações de poder envolvidas na sociabilidade da elite campineira em suas ligações com a produção do espaço urbano.

Aspectos sobre a sociabilidade

No dia 15 de Junho de 1937, a Prefeitura Municipal de Campinas abriu processo de desapropriação contra o Dr. Paulo de Almeida Nogueira e sua mulher, proprietários de imóveis localizados nas ruas José Paulino, número 1118 e Campos Salles, números 787 e 783.⁷ Fazia parte do plano de urbanismo concebido pelo arquiteto Francisco Prestes Maia que fossem derrubados os prédios instalados naquele local, o Largo do Rosário, para a construção do edifício do Fórum.

⁶ Entende-se, a partir de Bourdieu, cultura legítima como aquela que se distingue e se distancia do gosto popular popular e que, portanto, pressupõe um olhar puro, ou seja, capaz de uma apreciação estética pela qual o homem culto frui as qualidades formais da arte, deixando em segundo plano o conteúdo. A cultura legítima também não é a cultura escolar, pois a legitimidade do capital cultural depende da forma pela qual ele é adquirido, sendo mais legítimo quanto mais for antigo, ou seja, herdado familiarmente. O que acontece é uma “reconversão de capital cultural em escolar”, na proporção daquilo que a cultura escolar comporta.

⁷ Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., cx. 670, 1937 fl.2

Prestes Maia projetou entre 1934 e 1937 um conjunto de medidas para a remodelação da cidade, de acordo com as perspectivas de crescimento existentes naquele momento, bem como observando aspectos estéticos. Nesse sentido, citando as considerações do engenheiro no Relatório Municipal de 1935, Ricardo Badaró aponta que os prédios públicos a serem construídos “estariam localizados em *pontos focaes, eixos, praças e pontos dominantes* [itálico do autor] arrematando ruas e complementando a configuração arquitetônica da cidade.” (BADARÓ, 1996: 84) O Largo do Rosário, lugar destinado à construção do edifício do Fórum, ocupa uma localização de destaque no centro da cidade. Prestes Maia previa também que este edifício público seria adequado para que a praça assumisse um papel de centro cívico, sobretudo assim que fosse demolida a igreja que lhe dava o nome (Igreja do Rosário), permitindo que quem passasse pela Avenida Francisco Glicério, uma das vias centrais do projeto, pudesse observar, ao fundo da praça, a arquitetura imponente do Fórum.⁸

O Dr. Paulo de Almeida Nogueira, “brasileiro, maior, casado, proprietário e industrial, domiciliado na Capital”, constituiu como seu procurador o advogado Edmundo Barreto, para defendê-lo no processo de desapropriação de seus prédios.⁹ A partir do Decreto Municipal nº 83 de 1934,¹⁰ ficou estabelecido pelo projeto de urbanismo, que as desapropriações necessárias para a realização dos melhoramentos tivessem caráter de utilidade pública, de modo que deveriam ser tratadas como indispensáveis para os interesses da coletividade. Desde a primeira leitura desse processo o Dr. Edmundo Barreto¹¹ apareceu como um personagem interessante pelo modo como articulou para a defesa de seu cliente, uma argumentação envolvendo a questão do direito de propriedade em relação ao interesse público. No decorrer da pesquisa o nome desse advogado voltou a aparecer recorrentemente. Este fato da leitura dos documentos produziu, somado a outras questões, um início para o

⁸ Na verdade o largo da Igreja do Rosário, oficialmente, chama-se Praça Visconde de Indaiatuba. A demolição da Igreja do Rosário, que aconteceu apenas em 1956, já era sugerida por Prestes Maia desde 1935. Para o engenheiro essa Igreja não representava “Valor artístico especial nenhum, arquitetonicamente, uma banalidade, pelo menos externamente.” (BADARÓ, 1996:p. 71)

⁹ Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., cx. 670, 1937 fl.15

¹⁰ Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação nº 3931, 4º of., cx. 194, 1938, v. 27

¹¹ Edmundo Barreto foi membro da Comissão de Urbanismo de 1935, da Comissão de Melhoramentos Urbanos de 1938. Foi membro da Academia Campinense de Letras e redator da Sucursal de Campinas do jornal *O Estado de São Paulo* por 49 anos. Também foi presidente do Conselho Deliberativo da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas e dirigente da seção local do MMDC. Cf. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Edmundo Barreto, *O Estado de São Paulo*, 14 de Fevereiro, 1980

problema central dessa pesquisa, quanto à atuação de homens de determinada fração da elite em diversas instâncias da vida pública.

A prefeitura ofereceu a Paulo de Almeida Nogueira, pela desapropriação de seus edifícios, como indenização o valor de 117:675\$000, o qual foi considerado injusto pelo expropriado, que, por sua vez ofereceu como contraproposta 276:000\$000.¹² Para introduzir o debate em que Edmundo Barreto desenvolve sua argumentação é importante colocar os termos nos quais a questão foi abordada por ambas as partes explicitando também alguns elementos relevantes envolvidos.

“O expropriado, para demonstrar seu espírito conciliador e que apenas deseja receber o justo preço dos prédios que lhe pertencem, declara desde já que concordará com a avaliação dos imóveis se obedecer ella a um critério razoável, embora inferior à contraproposta.”

Para os propósitos dessa pesquisa, foi importante perceber que nos procedimentos seguintes do processo entraram em cena novos personagens atuantes na vida pública de Campinas. Estabelecido o impasse entre a proposta da prefeitura e a contraproposta do expropriado, cabia a três arbitradores, baseados em critérios técnicos, definirem o valor justo. Definiu-se, assim, pelos peritos Augusto Moraes Carvalho, Luiz de Campos Salles e Humberto Soares de Camargo¹³, que avaliaram em 157:332\$000 os prédios de Paulo de Almeida Nogueira, valor que a Prefeitura não aceitou, e com isso o processo seguiu.¹⁴ Chamaram mais atenção, na verdade, os indicados a arbitrador, da parte da prefeitura, que não foram selecionados. São eles Lix da Cunha e Hoche Neger Segurado, importantes engenheiros da cidade.

Apresentando, primeiramente, Lix da Cunha, deve-se destacar sua formação, com longa experiência internacional. Em Campinas construiu a sede atual da Academia Campinense de Letras e a sede atual do CCLA, concluída em 1942. Neste ano, o CCLA tinha como presidente o jornalista Nelson Omega, cuja casa também fora construída por Lix da

¹² Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., cx. 670, 1937 fl. 51

¹³ Humberto Soares de Camargo era engenheiro e teve ligações com o CCLA, participando das comemorações do centenário de Carlos Gomes em 1936, na sub-comissão de recepção e hospedagem. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes – ano XXII, Campinas, 1936.

¹⁴ No fim do processo a prefeitura foi condenada a pagar os 157:332\$000, mais 3:965\$700, 10% do valor, o que corresponde aos honorários, do advogado, Edmundo Barreto.

Cunha. Estes dois personagens atuantes na vida cultural e política de Campinas, mantinham uma relação pessoal de amizade. Na ocasião da morte de Lix da Cunha, Nelson Omegna escreveu no *Correio Popular* um texto em sua homenagem, no qual colocava o amigo, ao lado de Prestes Maia, como um dos responsáveis pela transformação da fisionomia urbana, “murando as ruas alargadas pelo primeiro [Prestes Maia] com formosas edificações.”¹⁵ Continua o elogio, tornando evidente a proximidade de seus laços com o falecido, ao agradecer em nome da esposa pela construção de sua casa: “Foi esplêndido o modo como esse técnico compreendeu o lar que minha Camila idealizara, [...]. Boníssimo Lix, não esqueço, não nego, devo-lhe a maior ventura do Pai de Família, a de ter minha casa, qual sonhava a inesquecida (sic) esposa.” O texto todo é marcado pela ênfase na figura de Lix da Cunha como homem dedicado à família, e cujos filhos puderam levar a diante seu ideal, continuando sua obra. Nelson Omegna expressava também alguns traços de suas posições políticas e estéticas ao colocar a obra do homenageado como feito que elevou Campinas, fazendo-se superar seu passado de terra de cafezais, para tornar-se cidade onde predominam os arranha-céus. É este tipo de continuidade estabelecida entre qualidades pessoais de natureza afetiva e capacidade profissional que precisam ser evidenciadas para que se demonstre o modo pelo qual se constitui a relação entre o poder e o *habitus* da fração da classe dominante ligada ao urbanismo.

Lix da Cunha construiu o primeiro arranha-céu de Campinas, “o edifício Sant’Anna, edifício em concreto armado com oito pavimentos.”¹⁶ A construção deste prédio, no entanto, foi objeto de disputa entre Lix da Cunha e Hoche Neger Segurado, que já desenhara um anteprojeto para o edifício, na verdade parte de um projeto datado de 1929, que previa a remodelação de toda a quadra na qual ele foi situado (FERREIRA, 2006). Para além deste fato profissional que deixou o registro de um contato entre os dois engenheiros, o interesse em apresentar aqui Hoche Neger Segurado, é introduzir a questão da perpetuação da posição de destaque na vida pública por gerações sucessivas da família. Seu pai, Artur Segurado foi

¹⁵ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Lix e as obras que o seguem. *Correio Popular*, 16 de Agosto, 1984

¹⁶ Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1936”. Anexo nº 2 – Diretoria de Obras e Viação, p.53. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1939. apud. FERREIRA, Caio de Souza. O Edifício Sant’Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas. *Arquitextos*, nº 078.3. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2006 <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078_03.asp>.

professor e diretor de escolas importantes de Campinas, até 1921, quando se aposentou. Destaca-se seu hábito literário, o que o tornou autor de várias obras, sobretudo de poesia.

Esse interesse estético parece ter sido preservado no interior da família, despontando em seu neto, Milton Duarte Segurado, formado em direito na USP, e dedicado à poesia e à literatura a ponto de ser titular não apenas da cadeira da Academia Campinense de Letras da qual o avô era patrono, mas também das academias Piracicabana e Sãojoanense. (TOLEDO, 2006: 157) Este literato campineiro demonstrou explicitamente o reconhecimento que tinha pelo patrimônio intelectual familiar, não apenas ocupando a cadeira do avô, mas também prestando homenagem a ele no livro *Artur Segurado – Um Educador*, de 1968.

Outros filhos de Hoche Neger Segurado eram Lavoisier Neger Segurado, veterinário e conhecido como “cinófilo”¹⁷ (sic), e Rubens Segurado, engenheiro herdeiro do escritório do pai até os dias atuais. (FERREIRA, 2006) O que se quer apontar é que na família Segurado, como em outros casos da fração da elite Campineira considerada nessa pesquisa, a posição social é reproduzida não apenas pela herança econômica transmitida de geração para geração, mas pela reprodução de um capital cultural acumulado. Afirma-se, deste modo, que não é casual o sucesso da família, nem a variedade de suas competências profissionais sempre relacionadas, de algum modo, a atividades na vida pública.

Hoche Neger Segurado viveu as questões de seu tempo, e ao escolher sua profissão deve ter levado em conta o prestígio do qual gozava o engenheiro arquiteto no momento histórico de grandes transformações urbanas em Campinas. Certamente, contudo, não escapou à influência do pai, que se não foi diretamente incorporada no hábito de escrever poesia, foi transmitido a pelo menos um dos filhos, o advogado Milton. Também é possível perguntar se não há relação entre este capital cultural herdado e o gosto publicamente conhecido de Lavoisier por cinema. As competências de educador e poeta de Artur Segurado podem ter servido como elemento para a composição de uma disposição estética ou, talvez mais difusamente, para a escolha dos meios pelos quais Hoche Neger Segurado pode colocar-se na sociedade. Em seus projetos arquitetônicos destaca-se o estilo Art Decó, indicando que associada à construção estava presente uma preocupação artística que deve ser considerada. Segundo o estudo de Caio de Souza Ferreira sobre o já mencionado edifício Sant’Anna, “o

¹⁷ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP, Lavoisier Neger Segurado

Art Déco [, estilo no qual foi concebido o edifício,] se definia unicamente como Arte. O Movimento Moderno era contrário e mesmo hostil à ideia de decoração, ao passo que o Art Déco se definia como tal.”¹⁸ Além disso, o engenheiro era rotariano¹⁹, o que pode ser entendido como indício de uma concepção particular a respeito das possibilidades de intervenção social e bem comum.

O Rotary Club parece ser uma instituição de grande peso político para as decisões tomadas no âmbito do urbanismo campineiro, dada, inclusive, a presença de nomes importantes deste grupo dentre os rotarianos. Um evento recorrentemente colocado quase como ponto de partida para a contratação de Prestes Maia e para o que viria a ser o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, é a palestra acerca do urbanismo proferida pelo engenheiro Carlos William Stevenson no Rotary Club.²⁰

A desconfiança sobre a importância dessa instituição, e suas implicações para pensar questões da sociabilidade de uma fração dirigente da classe dominante pode ser pensada a partir do estudo de Maria da Graça Jacinto Setton. Há diferenças entre as considerações da autora, relativas aos rotarianos atuais, e os rotarianos dos anos 1930-40. Para Setton, o Rotary agrega indivíduos pertencentes aos setores médios da sociedade, os quais se caracterizam, principalmente, por uma identidade baseada no trabalho e na ética profissional, enquanto que a relação com a cultura pode ser entendida como de baixo consumo, uma vez que para os rotarianos o conhecimento tem valor quanto mais for imediatista (SETTON, 2004: 58-59). No caso dos rotarianos campineiros, como também dos literatos ligados à Academia Campinense de Letras e ao CCLA, certamente que se pode fazer uma crítica da qualidade de sua produção cultural, muitas vezes marcada por um senso comum revestido de linguagem pretensiosa. Este aspecto, aliás, é central para considerar a relação com a cultura como intenção de legitimação simbólica, atividade que confere distinção. De todo modo, é preciso considerar que o investimento nas atividades culturais existiu, assim como a frequência aos espaços de sociabilidade baseados neste tipo de prática.

¹⁸ idem

¹⁹ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Reunião do Rotary Club Campinas: homenagem à memória de Hoche N. Segurado: “Nós Rotarianos e Nossos Filhos”. *Diário do Povo*, Campinas, 01 de Abril, 1959.

²⁰ STEVENSON, Carlos. “Conferência à Cerca do Urbanismo”, Rotary club, Campinas, 17-11-1933 apud (BADARÓ, 1996: 39)

Deste debate, fica como contribuição do argumento de Setton a ideia de que no interior desses círculos, nos quais o Rotary Club estava inserido durante o período estudado, se reproduz a violência simbólica originada na incorporação de pressupostos de moralidade ligados às noções de disciplina e coletividade vigentes no interior de sua sociabilidade (idem, 47-48). Este ponto é importante para o interesse específico dessa pesquisa, quando alguns registros sobre os personagens considerados, indicam modos de conduta e questões de caráter que aparecem como condição para a grandeza de seus feitos. Mais que isso, deste modo como são apresentadas as histórias de vida das grandes personalidades municipais, cria-se a impressão de que indubitavelmente seus feitos tenham sido exclusivamente grandiosos e objeto de unanimidade e admiração. Eventuais conflitos são excluídos e os valores morais dominantes são confirmados.

Não se trata, no entanto, de desmistificar os grandes personagens e revelar uma verdade. A questão é muito mais complexa e propõe entender as contradições entre as intenções e os discursos produzidos pelos grupos dominantes. Por exemplo, pode-se constatar que muitos dos grandes homens do período têm em suas biografias, além dos serviços prestados à cidade, sua atuação como homem de família e filantropo dedicado às carências dos mais pobres. Pensando historicamente, a tarefa que se impõe é perceber a intensidade com que se constituiu e qual função tinha, entre outros atributos, este engajamento nas causas sociais.

Em homenagem póstuma, o jornal *Diário do Povo*, após ressaltar traços de seu caráter e da dedicação que Lix da Cunha tinha à família, considera sobre ele e a esposa: “o casal teve sempre marcante presença na vida social e filantrópica conquistando o bem querer das classes mais altas e o amor carinhoso e agradecido dos menos favorecidos.”²¹ Trata-se de uma memória, e para entendê-la como testemunho é preciso levar em conta a distância no tempo que existe entre o autor e a circunstância narrada. Considerando que existe alguma realidade na impressão geral que motivou esta memória, pode-se pensar que as obras de Lix da Cunha rendiam-lhe uma imagem quase paterna que apagava eventuais conflitos de classe. Deste modo atribui-se sua importância a uma bondade essencial, não à sua riqueza e formação

²¹ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Campinas está enlutada. *Diário do Povo*, Campinas, 7 de Agosto, 1984

privilegiada, as quais foram herdadas por seu filho, também engenheiro, José Carlos Cunha, juntamente com a construtora fundada pelo pai.

Consumo, sociabilidade e identidade

Por fim, é importante considerar o consumo da elite e suas implicações na formação das subjetividades e das relações sociais. Trata-se de uma discussão a respeito da relação complexa que se estabelece entre uma classe social, os objetos e o espaço da cidade. Ao abordar esse aspecto evidenciam-se continuidades entre hábitos privados e atitudes públicas. Como pressuposto para esta proposta está a noção de que na relação com a cultura material, o homem urbano moderno define parte fundamental de sua visão de mundo e do modo como se coloca na vida social.

O entendimento de cultura material neste estudo baseia-se na concepção colocada por Daniel Roche na introdução de seu livro *A história das coisas banais*, segundo a qual se deve superar a visão que marca a antiga história da vida cotidiana, em que aquilo que não faz parte diretamente do político ou do social é tratado como curiosidade ou exotismo.

“Esta é uma descrição da realidade que tem o seu encanto, mas na qual imaginamos, além da ciência erudita, além de um real conhecimento dos fatos, a sobrevivência de uma concepção totalmente positiva, a de uma história sem questionamentos” (ROCHE, 2000: 15)

De outro modo, o que o autor propõe é que se compreenda a necessidade de estabelecer nexos explicativos entre aquelas circunstâncias da vida comum que costumam ser apresentadas como séries de fatos isolados. A reflexão séria sobre questões referentes às “coisas banais” deve levar em conta a natureza da mercadoria e do consumo, de modo que os objetos possam aparecer como fatos sociais, mediações entre os homens e suas atividades produtivas. Essa concepção pressupõe um posicionamento teórico que rompe com a separação entre base e superestrutura, realidade e representação. Roche considera ainda as relações simbólicas nas quais estão envolvidos os objetos, à medida que os homens desenvolvem modos de usar, modos de apropriação e de aquisição historicamente variáveis.

Tendo em vista, especificamente, os consumos da elite, coloca-se em discussão o acesso àquilo que está para além do necessário no sentido de básico à sobrevivência. Para além de alimento, medicamentos, artigos de higiene, surgem, como novas demandas os bens de luxo, cuja disponibilidade pressupõe o crescimento da cidade e a possibilidade de instalação de espaços comerciais especializados. Certamente que essas questões implicam transformações nos hábitos, e a velocidade com que novos objetos são introduzidos no mercado e incorporados à dinâmica da vida urbana define também novas percepções. Mais importante para essa pesquisa é demonstrar que estes novos hábitos de consumo devem estar, de algum modo, relacionados a valores morais, estéticos e a posições políticas. Além do mais, parte importante do valor simbólico que o uso de determinados objetos de luxo permite ostentar, deve-se aos atributos de distinção que os revestem, simplesmente pelo fato de estarem associados ao gosto de gente considerada importante. Deste modo, as diferenças de consumo entre as classes e a dignidade que existe na forma como a classe dominante exhibe, por exemplo, suas vestimentas, automóveis e frequência a lugares exclusivos – há também um consumo do espaço –, tendem a criar nas classe mais pobres, ou em frações inferiores da classe dominante, uma disposição de imitação ou, pelo menos, de admiração pela distinção que os dominantes ostentam.²²

Já foi mencionado o fato de Lavoisier Neger Segurado, veterinário, filho de Hoche Neger Segurado, ser conhecido como apreciador de cinema. Esta arte associada à modernidade, era objeto de grande prestígio entre os campineiros atuantes nas transformações urbanas dos anos 1930-40. Frequentar os cinemas era, portanto, um consumo cultural importante, que conferia destaque, tanto que ficou registrado como hábito de Lavoisier em sua nota de falecimento. No entanto, não era um hábito inacessível; em 1940 a entrada custava entre 1\$500 e 2\$500²³, considerando quatro cinemas da cidade: Rink, República, Coliseu e

²² Daniel Roche analisa a revolução indumentária no fim do Antigo Regime, quando começaram a se dissolver as chamadas “leis suntuárias”, que reservavam à nobreza o uso de determinadas peças de luxo no vestuário. Essas convenções começaram a ser transgredidas pelos burgueses em ascensão. Ao vestir-se luxuosamente a burguesia atraiu críticas da alta sociedade que denunciavam a imitação pervertida e a falsificação das aparências, que indicava a decadência da ordem estabelecida. (Roche, 2000: 267-272)

²³ Baseio a avaliação do custo por uma comparação aproximada, considerando que o quilo de café São Joaquim custava 2\$000, o quilo das batatas custava \$700, o quilo do arroz “amarellão” custava 1\$200. Certamente que a dedução teria mais validade considerando-se as faixas de renda da população no período. Centro de memória – Unicamp. Processo 04642, 3º of. *Correio Popular*, Campinas, abril de 1940

São Carlos.²⁴ Era um espaço público privilegiado, portanto, para encontros entre pessoas de classes distintas, cultivando o mesmo hábito, mas certamente fazendo usos diferentes destes hábitos, apropriando segundo outros códigos a relação com os filmes. Pode-se ter por certo que outras pessoas viram tantos filmes quanto Lavoisier Neger Segurado, mas não se tornaram conhecidas por isso.²⁵

Em 1940, o *Correio Popular* publicou notícia sobre os festejos realizados em comemoração pela construção da cobertura do cinema da Avenida Anchieta, projetado pelo engenheiro Lix da Cunha, no qual foram recebidas “personalidades dos meios cinematográficos de São Paulo e inúmeras pessoas de nossa sociedade.”²⁶ Dentre essas personalidades estava o já mencionado advogado Edmundo Barreto, o médico, urbanista e rotariano, Carlos Penteado Stevenson (filho de Carlos William Stevenson), Sylvino de Godoy (participou da Comissão de Urbanismo como representante do Comércio e da indústria, e foi ligado ao CCLA), José Alves Teixeira Nogueira (Membro da comissão de urbanismo, como representante dos “proprietários de imóveis”), Carlos Francisco de Paula (membro da Academia Campinense de Letras, foi vereador, vice-prefeito e diretor de associações beneficentes), entre outros. É possível questionar qual grau de proximidade havia entre estes homens reunidos no evento. Sobre os acontecimentos da ocasião, a matéria diz apenas o seguinte: “Aos presentes foi servido um profuso ‘copo d’água’, tendo a reunião decorrido num ambiente de intensa camaradagem. Não houve discursos.”

Para concluir esta breve discussão sobre o papel do consumo para as elites, cabe destacar ainda, dentre estes nomes presentes no cinema da Avenida Anchieta, o empresário Sylvino de Godoy. Este personagem foi um dos fundadores do Rotary Club de Campinas e era sócio do CCLA. Juntamente ao já citado Nelson Omegna, comprou um dos jornais mais importantes da cidade, o *Correio Popular*, do qual foi presidente. No campo da assistência social, sempre presente entre os ramos de atuação destes homens, foi presidente do Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. Sua atuação no comércio e na indústria da cidade tem

²⁴ Centro de memória – Unicamp. Processo 09345, 1º of. *Correio Popular*, Campinas, Setembro de 1940

²⁵ Lavoisier Neger Segurado virou nome de rua assim como o pai e o avô. Para Pierre Bourdieu a propensão para acumular “saberes gratuitos” como o nome de diretores de cinema – o que pode ser visto como um dos elementos que caracteriza um “cinéfilo”, deve-se mais ao capital escolar, ou seja à disposição legítima adquirida no estudo de obras reconhecidas pelo cânon escolar, que a frequência ao cinema, o que depende de renda, moradia e idade. (BOURDIEU. 2008: 29-30)

²⁶ Centro de memória – Unicamp. Processo 09345, 1º of. *Correio Popular*, Campinas, Setembro de 1940

destaque na fundação da Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valber, instalada na Rua José Paulino, com isenção de impostos concedida pela Câmara Municipal durante dez anos. Importante dizer que ele ocupou também o cargo de vereador. Os tecidos elásticos produzidos por sua fábrica eram uma inovação no mercado: “Interessante é saber que antes dessa nova indústria em Campinas, os produtos similares – elásticos para botinas – eram todo importados da Inglaterra, Suíça e Itália.”²⁷ Definitivamente, Sylvino de Godoy estava entre os empreendedores ligados à criação e ao abastecimento das novas demandas de consumo, ainda mais por ser também presidente da “Companhia Nacional do Comércio Bufarah”, organização distribuidora de automóveis.

É importante considerar também o consumo de uma arquitetura luxuosa que reveste de símbolos de prosperidade e bom gosto a vida material de um homem público de sucesso. Assim como no caso de Nelson Omegna que teve sua casa, na qual se realizava como pai de família, projetada por Lix da Cunha, Sylvino de Godoy fez grandes investimentos para a construção de seu lar: “Sua casa, construída em 1929, mostra um aspecto de estilo colonial com leve traço florentino, sendo o aspecto palaciano e suas 12 colunas jônicas, sendo o material vindo dos Estados Unidos e da Europa.”²⁸ Outros aspectos da construção de sua memória equilibram o luxo com virtudes morais: “Seu olhar sereno e penetrante revelavam paz interior. Paz que identifica a alma cristificada (sic) na doutrina do Divino Mestre. Paz que jorra espontaneamente do coração; coração que vive para amar e servir o lar que edificou e a família que construiu.”²⁹

Estas são algumas análises parciais sobre a documentação consultada até o momento. Espera-se que fique indicada a discussão central a respeito do modo tácito como a dominação de classe se reproduz dentro das instituições e das redes de sociabilidade, o modo como simbolicamente as diferenças sociais se justificam na relação com a cultura legítima, e, sobretudo, que disposições estéticas, morais e políticas estão relacionadas, tanto quanto as atitudes privadas com a vida pública.

²⁷ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Nelson Américo de Godoy. Quem é quem nas ruas de Pirituba: Sylvino de Godoy. *Progresso de Zona Oeste*, Pirituba, Julho, 1976.

²⁸ Idem.

²⁹ Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Josias Paiva Pinheiro. Estante de Livros, *Correio Popular*, Correio Popular, 3 de Novembro, 1974

Bibliografia

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*, Campinas, CMU-Unicamp

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, Edusp, 2008

CARVALHO, Edemir de. *Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas. 1870-1956*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais –IFCH/UNICAMP, 1991, Campinas

FERREIRA, Caio de Souza. O Edifício Sant'Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas. *Arquitextos*, nº 078.3. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2006 <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078_03.asp>

MACIEL, Cléber da Silva. *Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1926)*. Dissertação de mestrado em História - IFCH/UNICAMP, 1985

ROCHE, Daniel. *A história das coisas banais*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000

SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro*, Editora da Unicamp, Campinas, 2002

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Rotary Club. Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo, Annablume, 2004

TOLEDO, Maria Conceição Arruda. *Academia Campinense de Letras. Patronos, fundadores e titulares*. Campinas, Komedi, 2006,

Fontes:

Centro de Memória – Unicamp. Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., 1937

Centro de Memória – Unicamp. Processo de Desapropriação n° 3931, 4° of., 1938

Centro de Memória – Unicamp. Processo 04642, 3°of. *Correio Popular*, Campinas, abril de 1940

Centro de memória – Unicamp. Processo 09345, 1° of. *Correio Popular*, Campinas, Setembro de 1940

Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Lix da Cunha

Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP, Lavoisier Neger Segurado

Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Hoche Neger Segurado

Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Sylvino de Godoy.

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes – ano XXII, Campinas, 1936.